

Um projeto de amparo às famílias de vítimas de homicídios foi assunto nesta terça-feira (28) na Comissão de Proteção Civil e Segurança Pública. O promotor de Justiça Ricardo Paladino apresentou a ideia, segundo ele próprio ainda embrionária, aos vereadores e aos órgãos presentes na reunião.

Um projeto de amparo às famílias de vítimas de homicídios foi assunto nesta terça-feira (28) na Comissão de Proteção Civil e Segurança Pública. O promotor de Justiça Ricardo Paladino apresentou a ideia, segundo ele próprio ainda embrionária, aos vereadores e aos órgãos presentes na reunião, entre eles, Polícia Civil, Polícia Militar, Secretaria de Assistência Social (SAS) e Secretaria de Proteção Civil. Uma nova reunião será feita em agosto para que a SAS apresente um esboço de protocolo de atendimento.

O promotor procurou a Comissão de Proteção Civil da Câmara de Joinville para que a Casa ajude a construir, junto aos demais órgãos do poder público, um fluxo de atendimento a famílias de vítimas de crimes de sangue. Para Paladino, a ideia é que as famílias tenham atendimento e apoio do poder público para recomposição da vida familiar em um momento de sofrimento.

“Trabalho diariamente com casos de homicídios, e vejo que as famílias de vítimas de homicídio não recebem visita de uma assistente social, não recebem apoio psicológico. A proposta é facilitar isso”, afirmou o promotor.

O diretor executivo da Secretaria de Assistência Social (SAS), Fábio Luís de Oliveira, sinalizou que a pasta está disposta a contribuir. “Os Creas já fazem um atendimento semelhante que é a de vítimas de violência doméstica e de estupro, em que há acompanhamento psicológico e de assistência social de forma intersetorial, contando com outros órgãos quando é necessário. Essa situação apresentada pelo promotor é nova para nós, caberia um estudo de que procedimentos teríamos que adotar, mas a SAS conta com uma equipe de servidores capacitados para trabalhar nisso em conjunto com a Polícia, a Secretaria de Segurança Pública e o Ministério Público”, disse.

No mesmo sentido, a gerente de Segurança Pública da Seprot, Marlete Amorim, afirmou que o município conta com ações nesse sentido, mas que é preciso articulá-las e mostrá-las à população para que a vítima saiba onde pode pedir ajuda.

Para o comandante do 8º Batalhão da Polícia Militar, Celso Mlanarczyki Júnior, é lamentável que no Brasil não se dê ênfase à questão pós-trauma com as vítimas de crimes. “Os policiais militares sentem muito por não poderem fazer o acompanhamento das vítimas de um crime em razão da rotina de trabalho. Nós temos um sentimento de incapacidade”, comentou. Ele lembrou ainda que eventualmente a PM faz isso de forma pontual, mas que infelizmente atualmente não tem sido possível fazer mais em razão do volume de trabalho que a corporação tem.

Para o promotor de Justiça Ricardo Paladino, as polícias civil e militar são os pára-raios nessas

situações, e a partir do protocolo de atendimento a ser proposto, deverão acionar uma rede de apoio multisetorial que irá colher as necessidades das vítimas e famílias de vítimas de crimes de homicídio que precisem de apoio.